

A Globalização Alternativa como Estratégia de Desenvolvimento do Estado-Nação

Anna Paula Bagetti Zeifert¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os problemas econômicos, políticos e sociais impostos pela Nova Ordem Mundial aos Estados-nação em face da globalização hegemônica, que se utiliza da comunicação/informação para impor a sua lógica e desconcertar os cidadãos, aumentando a exclusão e a marginalização social. Na busca de alternativas para reverter este quadro social é que nasce a noção de globalização contra-hegemônica, que se caracteriza pelas iniciativas em nível local-global como forma de resistir à pressão exercida pelo capital transnacional, promovendo, assim, o desenvolvimento das sociedades e a inclusão de seus cidadãos. Nesse sentido, iniciativas cidadãs, oriundas do Terceiro Setor, emergem como apoio na construção de um novo Estado-nação.

Palavras-chave: Estado-nação; inclusão social; exclusão social; globalização; cidadão (cidadania); globalização hegemônica; globalização contra-hegemônica.

Abstract

The objective of this paper is to reflect about economical political and social problems, imposed for the New World-wide Order to the State-nation according the hegemonic globalization, that uses medias (or information) to impose its logic and to disconcert the citizens, increasing so the social exclusion and marginality. In the search of alternatives to revert this social picture is that the notion of against-hegemonic globalization is born, characterized for initiatives in place-global level as form to resist the pressure exerted for transnational capital, promoting, thus, the development of the societies and the inclusion of its citizens. For this reason, citizen initiatives, derived from the Third Sector, emerge as support to the construction of a new State-nation.

Keywords: State-nation; social inclusion; social exclusion; globalization; citizen (citizenship); hegemonic globalization; against-hegemonic globalization.

¹ Mestranda no Programa de pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Especialista em Direito Privado (Unijuí). zeifert@unijuí.tche.br

A observação da realidade sob a ótica da economia tem demonstrado que o Estado-nação vem perdendo gradativamente suas prerrogativas no controle de um determinado espaço geográfico. As fronteiras naturais ou artificiais já não importam, sendo cada vez mais difícil sustentar a idéia de um “mundo real” com limites geográficas.

Esse processo intensificou-se com o aparecimento da rede mundial de computadores, que tornou a informação instantânea e disponível em todo o planeta sem que exista a necessidade de deslocamento de corpos físicos, modificando a noção de viagem e distância a ser percorrida.

Assim, as fronteiras, que antes confinavam e determinavam a locomoção das pessoas, aos poucos tornaram-se uma lembrança tênue de uma época que desapareceu num processo autofágico comandado por sua obsolescência ou pelo crescimento incontido das redes computacionais que, pela sua própria razão de ser, desconhecem distâncias, conectando em tempo real os mais distantes lugares do planeta.

Essas mudanças, porém, afetaram de forma substancial a humanidade. Seu impacto gerou desconcerto em grande parte da sociedade, que continua a se deparar com obstáculos físicos e distâncias temporais insuperáveis.

Nesse sentido, observa-se que

[...] em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer loca-

lidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés (Bauman, 1999, p. 25).

Na verdade, a mobilidade possibilitada pelas comunicações no processo de globalização abriu espaço para o aparecimento de uma nova elite representada por aqueles que investem sem nenhum compromisso com o local, livres dos limites impostos administrativamente, e os que existem são quase sempre pressionados para serem eliminados.

Desse modo o capital investido por essa nova elite move-se rapidamente sem que o Estado possa interferir, conter ou direcionar sua ação de maneira a impedir que seu proceder aja de forma erosiva sobre os pilares que sustentam as nações.²

Wright, citado por Bauman, em referência à temática em tela, aduz:

As forças modeladoras do caráter transnacional são em boa parte anônimas e portanto difíceis de identificar. Não formam um sistema ou ordem unificados. São um aglomerado de sistemas manipulados por atores em grande parte “invisíveis” ... [Não há] unidade ou coordenação proposital das forças em questão... [O] mercado não é tanto uma interação de barganha de

² A esse respeito Dacísio Corrêa tem o seguinte entendimento: “é, pois, programa e tarefa do Estado garantir, sem interrupções, o funcionamento do processo econômico. Cabe ao governo como tarefa uma política conjuntural garantidora do crescimento econômico, bem como uma ação que atenda às necessidades coletivas e corrija as desigualdades sociais, sem afetar, contudo, a essência do sistema. O problema da legitimação do Estado moderno reside justamente nessa dificuldade de ter como tarefa evitar a desintegração social dentro de um sistema econômico do qual é excluído em termos decisórios. Mantendo simultaneamente uma relação de complementaridade e dependência da dinâmica de tal sistema econômico, não pode o Estado, todavia, quebrar as condições funcionais da economia capitalista. Assim, o dilema do Estado reside no fato de ter como tarefa consertar os defeitos do sistema sem poder definir ele próprio o que é defeituoso, significa dizer, o Estado acaba impondo como obrigatórias decisões que não são suas, mas de outros sujeitos acobertados pela autonomia privada” (1999, p. 182).

forças competidoras quanto pressões de demandas manipuladas, artificialmente criadas, e desejo de lucro rápido (1999, p. 65).

Com isso percebe-se que o fundamento lógico de todas essas mudanças reside na transmutação do capitalismo que, com diferentes roupagens, estende de maneira reservada suas idéias dentro dos Estados-nação. Essa *nova plumagem neoliberal do capitalismo*, fiel às suas origens de exorcizar as funções do Estado, ataca agora as fronteiras, o espaço público, a política, o direito, a solidariedade e o próprio sentido da vida em comunidade.

Sob a pressão exercida pelo capital o Estado queda-se impotente e é obrigado a se curvar diante da elite dominante transnacional. Por essa razão, na maioria das vezes, já que se encontra em concorrência com esse grupo dominante, o Estado-nação deixa de lado sua postura soberana para não provocar a fuga de capitais especulativos.

Os detentores do poder tornam-se, assim, extraterritoriais, completamente descompromissados com os trabalhadores, com as gerações futuras e com o crescimento do local onde se instalam, sugando todos os benefícios proporcionados pela comunidade, sem lhes dar algo em troca. Ademais, interferem nas formas locais de vida baseada na comunhão e na solidariedade, gerando exclusão e suplantação dos espaços reservados às discussões públicas, o que altera profundamente a rotina da localidade.³

³ “A partir do momento em que não há mais lugar natural para a solidariedade e o interesse geral, a bela ordenação de uma sociedade organizada segundo uma pirâmide de poderes embutidos uns nos outros desaparece. A crise de concepção espacial do poder repercute assim na tomada das decisões. Estas, ao invés de serem tomadas de um modo linear, que restrinja cada entidade à sua competência específica, se fragmentam, e o debate político tradicional, debate de princípios e idéias gerais, debate ideológico, debate sobre a organização da sociedade, desaparece, ou melhor, apequena-se, reflexo do encolhimento do processo de decisão em si, e de sua profissionalização” (Guéhenno, 1994, p. 31-32).

Em referência a essa realidade, Bauman entende que

a localidade no novo mundo de alta velocidade não é a localidade que costumava ser numa época em que a informação movia-se apenas junto com os corpos dos seus portadores; nem a localidade nem a população localização têm muito em comum com a “comunidade local”. Os espaços públicos, onde opiniões são formadas, testadas e confirmadas, onde se passam julgamentos e vereditos – tais espaços seguiram as elites, soltando-se de suas âncoras locais, são os primeiros a se desterritorializar e mudar para bem além do alcance da capacidade comunicativa meramente de wetware de qualquer localidade e seus habitantes. Longe de serem viveiros de comunidades, as populações locais são mais parecidas com feixes frouxos de extremidades soltas (1999, p. 31).

Em decorrência dessa constatação percebe-se que os lugares reservados à integração dos cidadãos, lugares onde eles podem debater e buscar solução para os problemas da comunidade, perderam espaço. A opinião local – conforme entende a elite transnacional – de nada vale em um mundo globalizado. Ela é todavia, importante, pois tem a missão de impedir a supressão dos anseios locais e o despojamento dos meios que ainda restam aos cidadãos para limitar os danos do capital.

É importante ainda destacar que o Estado, sob a ótica capitalista, passa a ser direcionado pelo mercado, trabalha para promover os interesses transnacionais, opera com descaso em relação à maioria da população e perde, gradativamente, o poder de resolver as questões de interesse nacional.

Diante disso a fraqueza do Estado torna-se visível. E a sua rendição diante do capital especulativo internacional tem reflexos na sociedade devido aos problemas que ele acarreta e que são impossíveis de repelir. Sua força predatória age terrivelmente sobre o Estado.

Nas palavras de Corrêa:

São os grandes conglomerados e corporações econômico-financeiras que determinam hoje os rumos da população planetária, tendo como meta não o bem humano mas o lucro. O produto dessa lógica, centrada hoje prioritariamente no capital financeiro de caráter especulativo, é a exclusão social de pessoas e grupos, do que advém o desemprego, a fome, a falta de moradia, o analfabetismo, a miséria e a própria morte de sempre maior quantidade de cidadãos, dentro de uma lógica de descartabilidade do ser humano (1999, p. 149).

Desse modo, mesmo que o ambiente de globalização proporcione acesso à informação, multiplicando as oportunidades de desenvolvimento, não se pode deixar de levantar as tensões, os riscos proporcionados por essa “era da informação”, a quantidade de excluídos que ela gera em todo o planeta e que se encontram à margem da informação, privados de eventuais benefícios que a “era das redes” assegura e são “forçados a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento” (Bauman, 1999, p. 29).

O irrefreável progresso tecnológico e o processo de globalização também influenciaram significativamente as relações de trabalho e as normas jurídicas, produzindo novos hábitos e costumes que atingem diretamente o trabalhador. Conforme expressa Corrêa,

[...] nossa sociedade capitalista é extremamente injusta, opressiva e excludente. O sistema de mercado, posto hoje pelo discurso neoliberal como o mais plausível, não trabalha como referência de sentido com a dignidade do ser humano. Pelo contrário, segue com frieza uma lógica de mercado segundo a qual o progresso, a ciência e a tecnologia são preponderantemente postos a serviço do lucro e da acumulação ilimitada do capital. O resultado dessa lógica extremamente sofisticada de competitividade na produção e apropriação dos bens, vistos como mero valor-de-troca, é a crescente exclusão de sempre maiores parcelas da população mundial (1999, p. 154-155).

Sob esse ponto de vista o processo de globalização se constitui um fenômeno complexo, cuja dimensão mais visível é a econômica. Nesse espaço econômico o processo de globalização, em face da chamada precarização do trabalho e da valorização do uso da tecnologia avançada, traz em seu bojo o desprezo ao trabalhador.

Assim, mediante o crescimento expressivo dos contratos empregatícios temporários, pela concorrência imposta nos locais de trabalho, que faz aumentar de forma significativa a busca de promoções de cunho individual, perde espaço a idéia de estabilidade e se instaura o reino absoluto da flexibilidade. Acentua-se, dessa forma, a insegurança em relação ao emprego dentro de um mundo *darwiniano* que gera sofrimento, angústia e estresse aparente em cada trabalhador.

Essa insegurança, por outro lado, aumenta quando se observa um enorme contingente de trabalhadores à espera de emprego – o chamado “exército de reserva” – e que está disposto a qualquer sacrifício para retornar ao mundo do trabalho, mesmo que rodeado pela precariedade e pelo temor das demissões.

É por tais motivos que o trabalhador, em nível mundial, se encontra desamparado frente ao neoliberalismo. Conquistas coletivas históricas da classe trabalhadora foram eliminadas por meio da globalização, que contribuiu, significativamente, para a concorrência entre os operários do mundo. O trabalhador, então, vê-se impotente diante de tal situação, pois não possui força para ir contra o sistema, já que tais políticas corroeram os pilares que sustentavam o seu maior poder de articulação – os sindicatos –, que foram estrategicamente desarticulados.

Diante dessa realidade, o que se observa é um processo de involução do Estado, que perdeu completamente o poder de proteger a sua ordem econômica e, principalmente, os seus cidadãos.

Nas palavras de Amartya Sen:

Se a perda de renda fosse tudo que o desemprego acarreta, ela poderia ser, em grande medida, suprida – para os indivíduos envolvidos – mediante o auxílio renda. Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos (2000, p. 117).

É desse fato que decorre um dos grandes problemas vividos pelas cidades atualmente: a violência urbana. Os habitantes desempregados, excluídos da participação social, formam uma espécie de guerrilha dentro do território urbano, respondendo de forma agressiva às crueldades impostas pelo mundo capitalista.

A elite, por sua vez, aprisiona-se em condomínios com enormes muralhas de forma a reprimir e a se defender da agressão do “mundo” externo, ocorrendo, com isso, uma espécie de nova fragmentação do espaço público, a divisão das cidades dentro de seus próprios limites territoriais.⁴

Por essas razões o Estado, definido por Max Weber como o “agente que reivindica o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano” (Bauman, 1999, p. 69), é destituído de seu poder com o aparecimento do poder paralelo que, em nome da proteção de “seus cidadãos”, impõe a sua forma específica de governar.

⁴ “A violência da idade das redes, a violência da época dos impérios, tem toda a chance de ser mais difusa, menos extrema, porém não mais rara. O império não será então uma ilha com ‘novos bárbaros’ em volta. Os supostos bárbaros têm tão pouca unidade política quanto o império. Os bárbaros estão dentro do império, o império segrega os seus próprios bárbaros. A crescente sofisticação das redes multiplica ao mesmo tempo as exclusões e as vulnerabilidades, as ocasiões de rejeição e as ocasiões de bloqueio” (Guéhenno, 1994, 121-123).

Assim o Estado, por não ter recursos e muito menos liberdade para impor sua soberania, já que o seu tripé, composto, conforme Bauman, pela soberania econômica, militar e cultural, vê-se abalado pelo processo de globalização.

No entender deste autor:

Com efeito, não se espera mais que os novos Estados, exatamente como os mais antigos na sua condição atual, exerçam muitas das funções outrora consideradas a razão de ser das burocracias da nação-estado. A única tarefa econômica permitida ao Estado e que se espera que ele assuma é a de garantir um “orçamento equilibrado”, policiando e controlando as pressões locais por intervenções estatais mais vigorosas na direção dos negócios e em defesa da população face às conseqüências mais sinistras da anarquia de mercado (1999, p. 73-74).

Nesse contexto o Estado torna-se como um servo das políticas internacionais e das megaempresas. Sua soberania e sua independência são anuladas. A classe política, em face da postura requerida pelas organizações internacionais controladoras da economia, é desprezada a ponto de não ser ouvida.⁵

A Nova Ordem Mundial requer que os Estados-nação obedecam às políticas econômicas impostas pelos bancos e fundos internacionais, de maneira a ver garantida uma certa assistência. Estados fracos e dependentes é o que a política neoliberal precisa para ter sua lógica sustentada e reproduzida, uma vez que não deve haver empecilhos para as empresas globais:

⁵ “Desde sua origem, desde a cidade grega, ela [política] é a arte de governar uma coletividade de homens definidos pelo fato de serem enraizados num lugar, numa cidade (polis) ou numa nação. [...] na idade das redes, a relação entre cidadãos e corpo político sofre a concorrência da infinidade das conexões estabelecidas fora de seu alcance, de modo que a política, longe de ser o princípio organizador da vida dos homens na sociedade, aparece, como uma afinidade secundária, até uma construção artificial, pouco adaptada a solucionar os problemas práticos do mundo contemporâneo” (Guéhenno, 1994, p. 30-31).

O padrão dominante pode ser descrito como afrouxamento dos freios: desregulamentação, liberalização, flexibilidade, fluidez crescente e facilitação das transações nos mercados financeiros imobiliários e trabalhistas, alívio da carga tributária etc. Quanto mais consistente a aplicação desse padrão, menos poder é retido nas mãos do agente que o promove e menos ele poderá, por ter cada vez menos recursos, evitar aplicá-lo caso deseje ou seja pressionado a fazê-lo (Bauman, 1999, p. 76).

Pelo exposto afere-se que o mundo globalizado tem como seu principal objetivo a resolução dos problemas econômicos em detrimento dos sociais. Poucas são as providências tomadas de forma efetiva para solucionar as mazelas que atingem a sociedade.

Em todo o mundo pessoas morrem de fome com a permissão tácita do império globalizado. Em decorrência dessa postura um infinito número de doenças perfeitamente debeláveis tem ceifado vastos contingentes populacionais sem que se constitua em motivo de sensibilização dos grupos hegemônicos.

Outro grande problema, também oriundo do modelo neoliberal, é o das violências étnicas, guerras e outras “libanizações”⁶ que têm sido permitidas como forma de eliminação dos problemas sociais. Essa lógica é a nova expressão do império globalizado, manifestação maquiavélica do poder emergente, uma eliminação disfarçada dos agentes inconvenientes ao sistema, já que este prima pela conformidade e pela homogeneização.

⁶ No entender de Guéhenno, “o Líbano não é aquele país perdido em algum lugar no mapa do Oriente Próximo. Doravante existe em cada um de nós. O suposto ‘arcaísmo’ do Oriente Médio é, portanto, muito mais próximo à nossa modernidade do que queremos admitir. Ele mostra os perigos da idade abstrata, liberada dos limites do espaço, na qual estamos entrando. O poder não se livra impunemente do espaço, e o sempre frágil equilíbrio entre comunidade e nação é rompido. Onde não há mais nação, há comunidade, onde não há mais território delimitado, há uma busca pelas origens. Se não te defines pelo lugar onde moras diz-me de onde vens” (1994, p. 48).

Assim sendo, a globalização interfere nos campos político, econômico e cultural do Estado-nação. No plano político age sobre a autonomia decisória dos Estados nacionais, fazendo com que percam sua soberania e se tornem reféns do capital externo; no econômico não haveria de ser diferente, age no processo de concentração de renda que, conseqüentemente, é um dos maiores problemas na atualidade, qual seja, o contingente enorme de excluídos que se encontram nas periferias das cidades, marginalizados; no cultural age em razão da aproximação das culturas. Em decorrência dessa realidade o sujeito, diante da cultura transnacional, acaba perdendo a sua identidade.

No entender de Claus Offe,

a presença de conexões transnacionais intensificadas constrange e marca o destino das sociedades. Esse processo traz para a vida social e econômica local forças que estão, em sua maioria, fora do controle das elites políticas nacionais, até mesmo das mais determinadas. À medida em que as fronteiras são transpostas e tornadas permeáveis, o alcance do que pode ser feito coletivamente de maneira efetiva pelas forças políticas locais diminui, graças às repercussões negativas que a antecipação de qualquer “movimento errado” pode provocar na arena internacional externa. As fronteiras, ao que parece, perderam não apenas sua característica de limite, mas também suas respostas independentes e autônomas (1999, p. 124).

Em reação à globalização neoliberal surgiram vários movimentos transfronteiriços com o objetivo de criar alternativas para abolir a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente⁷ e da biodiversida-

⁷ As formas adotadas pelos países para intensificar o desenvolvimento, conforme exigência do atual modelo econômico, têm colaborado de maneira significativa para os riscos com o meio ambiente. A degradação ambiental é visível em todo o mundo. Movimentos ambientalistas têm lutado para reverter esse quadro na busca de um desenvolvimento sustentável, para que se possa proteger as gerações atuais e futuras. Há que se considerar, porém, que esta luta só será possível com uma ação conjunta entre Estado e sociedade.

de, a falta de emprego, a violação dos direitos humanos, as disputas étnicas, todos produzidos no bojo de uma sociedade neoliberal (Santos, 2002).

Essa forma encontrada para reverter o quadro social mundial e promover a inclusão dos cidadãos é analisada por Boaventura de Sousa Santos, que também a denomina *globalização alternativa* ou *contra-hegemônica*. Ela seria uma maneira de resgatar as promessas da modernidade, que foram deslegitimadas no momento em que o modelo neoliberal entrou em cena, sufocando todos os projetos de emancipação social.

A luta por uma sociedade mais justa e menos excludente já é antiga. Na busca de alternativas para mudar o quadro social muitas foram as manifestações que marcaram os séculos. O capitalismo, contudo, sempre mostrou as suas garras e, neste momento, está amparado por um forte aliado – os meios de comunicação/informação – que desconcertam a sociedade, alterando sua rotina e espaço por meio de seus tempos instantâneos e especulações transnacionais desencadeadas pela globalização hegemônica.

Por essa razão, no entender de Santos, nasce a noção de *globalização contra-hegemônica*⁸, que se caracteriza pelas iniciativas em nível *local-global* por meio dos grupos sociais que tentam, incansavelmente, resistir à pressão exercida pelo capital que marginaliza e oprime a sociedade:

⁸ “[...] articulação transnacional de movimentos, associações e organizações que defendem interesses e grupos subalternizados ou marginalizados pelo capitalismo global. A globalização contra-hegemônica é fundamental para organizar e disseminar estratégias políticas eficazes, criar alternativas ao comércio livre por via de iniciativas de comércio justo e garantir o acesso das ONGs dos países periféricos ao conhecimento técnico e às redes políticas onde emergem as políticas hegemônicas que afetam estes países” (Santos, 1999, p. 261).

As primeiras formas de resistência assumiram expressões locais. O sentimento de “exclusão social” – resultado da perda de direitos – tendem a promover novas formas de organização, de protesto e de consciência de vínculo. [...] foi se disseminando uma ideologia de apologia do local – que tem na afirmação “Pensar global, agir local” sua expressão mais usual, fazendo, de certa forma, da limitação uma virtude, pois abandonava os espaços globais, onde se consolidava o neoliberalismo [...]. Assim, enquanto a globalização neoliberal avança por cima, no plano internacional e nos estados nacionais em processo de internacionalização, eram desenvolvidas experiências locais – de governo, de movimentos sociais, de políticas setoriais – que renovavam a prática social e política, quando as formas de luta tradicionais se mostravam impotentes: luta parlamentar, eleições, luta sindical tradicional (Santos, 2002, 656-657).

Assim, por meio da política participativa abriu-se a possibilidade de visualizar o futuro não mais de forma pessimista, como víamos até o momento, mas com um olhar de esperança, acreditando na luta pela emancipação social e questionando de frente os problemas decorrentes do neoliberalismo.

Essa nova forma de ver o futuro da sociedade é que, segundo Guéhenno, poderia dar sentido à *nova era*. Começaríamos pela ecologia e pela bioética, que dariam condições de resgatar o debate sobre os princípios que norteiam a vida do indivíduo dentro do Estado-nação. Ost, por sua vez, afirma que

[...] a injustiça das relações sociais gera a injustiça das relações com a natureza. Todo o combate ecológico consequente conduz, necessariamente, a um questionar da ordem econômica, que pratica a política do Terceiro Mundo excluído. O sofrimento extremo de centenas de milhões de pessoas, que vivem abaixo da linha de pobreza, num meio também ele completamente degradado, testemunha a injustiça infligida ao meio e antecipa a sorte que reservamos às gerações futuras (1997, p. 390).

Nesse contexto a democracia participativa exerce um papel fundamental. Auxilia na inclusão social de maneira a constituir uma nova soberania democrática, resgatando a cidadania⁹ de cada indivíduo. A construção de uma democracia participativa aliada à democracia representativa requer, porém, uma redefinição das práticas democráticas. Tanto a democracia representativa quanto a participativa devem conviver pacificamente dentro da sociedade, de maneira a coexistirem no mesmo espaço público, completando-se.

O Estado deve ser reestruturado para que possa participar ativamente da “nova sociedade”. Sua falência em face do não-atendimento das demandas sociais lhe denegriu a imagem. Esta ruptura, todavia, requer que o Estado, no momento refém do capital internacional, assuma uma nova postura, rompendo com o círculo vicioso do poder, que viabiliza o projeto neoliberal e preserva as elites políticas dominantes reprodutoras dessa realidade. Nesse sentido é pertinente referenciar o seguinte entendimento de Santos:

A polarização entre políticos desmoralizados que disputam prebendas do Estado, membros de partidos com ideologias mutantes e economistas que personificam a fria racionalidade das grandes corporações, do capital financeiro e do ajuste fiscal – desqualifica o debate político, promove o desinteresse pela política e favorece a apatia e a desmobilização que, por sua vez, deixam o campo ainda mais livre para a captura do Estado pelo grande capital privado e sua lógica mercantilizadora e de maximização incessante dos lucros (2002, p. 658-659).

⁹ O conceito cidadania pode ser expresso nos seguintes termos: “[...] cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço político que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. [...] De fato, o processo de asserção dos direitos humanos, enquanto invenção para a convivência coletiva, exige um espaço público, a que só tem acesso por meio da cidadania” (Lafer citado por Corrêa, 1999, p. 220).

Por isso o Estado deve voltar a desempenhar o seu papel dentro da sociedade, lugar ocupado agora por organizações não-governamentais também chamadas de *Terceiro Setor*¹⁰. Estas organizações, diante da situação precária em que se encontra a sociedade, tentam preencher as lacunas deixadas pelo Estado, desenvolvendo políticas que colaboram para a solução de problemas que seriam de inteira responsabilidade do Estado, ou seja, as demandas de seus cidadãos.

A reforma do Estado é uma das grandes tarefas que se tem pela frente. Recuperar a sua relação com a sociedade civil é fundamental para que se possa instalar um novo Estado que combine participação e representação. Essa nova dimensão, no entanto, “exigirá uma completa reforma dos partidos políticos, dos processos eleitorais e a criação de novas instituições políticas”, sem falar nas reformas fiscais, previdenciária e administrativa (Franco, 1999).

O Estado que nos é imposto é insuficiente, porém necessário. Portanto, abandonemos as idéias neoliberais de “Estado Mínimo” e o estatismo exacerbado que constituem uma barreira geradora de exclusões. Faz-se necessário enfatizar a criação de uma perspectiva de Estado que consiga concorrer em condições de igualdade na nova ordem mundial.¹¹

¹⁰ “[...] conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por projetos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. As designações vernáculas do terceiro setor variam de país para país [...]. Em França é tradicional a designação de economia social; nos países anglo-saxônicos, fala-se de setor voluntário e de organizações não-lucrativas; enquanto nos países de chamado Terceiro Mundo domina a designação de organizações não-governamentais” (Santos, 1999, p. 251).

¹¹ “Já se disse que nessa polarização ideológica não há saída para quem se situa num dos pólos da contradição Estado *versus* Mercado. O chamado neoliberalismo não será superado por um contratualismo que, a rigor, nada mais é do que o velho estatismo, que pretende impor a ‘lógica’ do Estado às outras ‘esferas’ da realidade social, quer dizer, ao Mercado e a Sociedade Civil. Por razões análogas, também não se pode aceitar o discurso neoliberal, que pretende transpor a ‘lógica’ do Mercado para o Estado e, inclusive, para a Sociedade Civil” (Franco, 1999, p. 278)

As transformações sociais do século XXI devem conter as marcas de um futuro desejável. Sociedade civil, Estado e mercado devem caminhar juntos, criando condições para gestar um novo modelo de desenvolvimento capaz de articular a universalização da cidadania¹², a radicalização da democracia e a conquista da sustentabilidade¹³.

Além disso, no entender de Franco,

a busca da sinergia Estado-Mercado-Sociedade Civil é uma necessidade imediata do desenvolvimento e uma exigência do sistema de gestão das políticas públicas baseado num novo paradigma de relação Estado-Sociedade, que prevê a articulação, a descentralização, a parceria, a transparência, o controle social e a participação.

Só esta sinergia pode otimizar os esforços e alcançar os recursos que o Estado não possui para investir no desenvolvimento, incorporando o capital empresarial e o capital social¹⁴ como fatores decisivos na estratégia nacional. Sem essa sinergia o Estado jamais poderá ser controlado e o Mercado jamais poderá ser orientado pela Sociedade (1999, p. 277)

¹² No entender de Corrêa, “[...] a universalização tanto dos direitos humanos como da cidadania depende da superação das contradições fundamentais do sistema. Significa dizer: enquanto houver sociedade de classes haverá violação de direitos, ou seja, as desigualdades materiais do sistema condicionarão uma ocupação desigual d espaço público-estatal, seja qual for sua representação simbólica” (1999, p. 231-232).

¹³ “Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos e dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida” (Constanza citado por Sachs, 1993, p. 24)

¹⁴ “Na vanguarda do pensamento econômico [...] fala-se hoje de um novo tipo de capital, sem o qual os projetos estatais de desenvolvimento e os empreendimentos privados empresariais, por mais bem arquitetados, orçados e implementados que forem, não poderão ser plenamente exituosos. *Já se comprova, pelo menos empiricamente, a relação entre os graus de associalismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica.* Tal relação pode ser compreendida como capital social (Franco, 1999, p. 277).

O capital social passa, assim, a colaborar na organização da sociedade civil; uma orientação estratégica que deve ser adotada para além das conhecidas razões de democracia e de cidadania, por motivos econômicos. Depreende-se daí que o desenvolvimento do Estado e a superação das idéias neoliberais só ocorrerá no momento em que capital social, capital empresarial e capital humano unirem-se na busca da emancipação social.

Iniciativas cidadãs oriundas do Terceiro Setor, que emergem com força neste início de século, também servirão de agentes de reforma democrática para a construção de um novo Estado-nação, duma sociedade mais justa.

Nesse sentido, o resgate da dignidade humana é um dos grandes desafios da sociedade atual. Alterar o quadro instalado pelas políticas neoliberais é fundamental para que se possa construir uma sociedade na qual “cada cidadão encontre as condições necessárias para a realização de sua própria felicidade num contexto coletivo de solidariedade ...” (Corrêa, 1999, p. 149).

O desenvolvimento que se caracteriza pelo progresso econômico e social está longe de ser alcançado enquanto continuarmos adotando uma política que privilegia apenas parte da sociedade. Mudar este quadro é fundamental para o resgate da cidadania dos indivíduos e para a construção de um novo Estado-nação capaz de promover a inclusão.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1999]. Traduzido de: *Globalization: the human consequences*.

BORJA, Jordi. O papel do cidadão na reforma do Estado. Tradução de Noêmia Espíndola. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999. p. 361-382.

CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

FRANCO, Augusto de. A reforma do Estado e o terceiro setor. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado e transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999. p. 273-289.

GUÉHENNO, Jean-Marie. *O fim da democracia: um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio*. Tradução de Howard Maurice Johnson e Amaury Temporal. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. Tradução de Eduardo César Marques. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999. p. 119-145.

OST, François. *A natureza à margem da lei*. A ecologia à prova do direito. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.